

Resposta do Incra para a InfoAmazonia em 6/08/2024. O órgão respondeu três das oito perguntas enviadas em 31 de julho.

Prezado,

1- Por qual motivo o processo do PAE Maracá foi enviado à Procuradoria do Incra em Brasília?

A Superintendência do Incra no Amapá enviou o processo para às unidades do Incra Sede. Também solicitou à Divisão de Gestão Ambiental a composição de uma nova comissão para análise do processo. Esta comissão, por sugestão da SR, deve ser composta por técnicos externos à superintendência. O colegiado pode referendar ou proferir manifestações diversas as já manifestadas.

2- Qual é a situação atual do projeto, está ou não está suspenso?

A Associação dos Trabalhadores do Assentamento Agro-extrativista Maracá (Atexma) encaminhou ofício em resposta às pendências apontadas pela Superintendência do Incra. Até que sejam analisadas as informações disponibilizadas pela empresa fica revogada a suspensão.

3- Recebemos informação de que o governador do Amapá, Clécio Luís, pediu interferência do presidente do Incra para reverter a suspensão do projeto. Houve este pedido? Se sim, qual foi o argumento do governador?

Não houve esse pedido.

Att,

Assessoria de Comunicação Social do Incra